

DETERMINAÇÕES EXTERNAS DAS REVOLUÇÕES NA AMÉRICA LATINA

Ana Maria de Souza e Silva^{1*} (IC), José Santana da Silva² (PQ).

¹ anasouza.hist@gmail.com

Universidade Estadual de Goiás Campos de Ciências Sócio-econômicas e Humanas de Anápolis.

Resumo: As Revoluções na América Latina não aconteceram única e exclusivamente nos territórios em que insurgiram, mas foram resultados de constantes embates não só contra o governo em voga mas também contra as interferências externas, em especial dos Estados Unidos. Essa influência norte-americana influenciou profundamente no desenrolar dos movimentos revolucionários e com isso acabou impossibilitando o sucesso em alguns lugares, como no México e na Nicarágua, e ainda dificultando o estabelecimento do poder revolucionário como em Cuba. O presente trabalho analisará obras historiográficas para entender de que maneira esses autores responsabilizaram esses imperialismo nos levantes populares do século XX. Os Estados Unidos seguia uma política externa que dava supremacia à seu direito de interferência nos países latino-americanos, para que assim seu poder político e econômico, além dos seus investimentos nesses países fossem garantidos, portanto, os autores aqui estudados analisam essa política externa para que assim possam explicar como a político expansionista de um país pode ou não definir os rumos de um país que deveria ter autonomia política e econômica, para que suas decisões fossem tomadas em busca de atender aos interesses internos da população e não aos interesses imperialistas de uma outra nação, como os Estados Unidos.

Palavras-chave: Imperialismo. Revoluções. América Latina.

Introdução

A compulsão do capital pela expansão para além das fronteiras nacionais originais levou a uma aliança mais estreita entre os capitalistas e o Estado, como forma de garantir segurança militar e jurídica ao processo de acumulação em regiões periféricas. Dessa conjugação de interesses nasceu o imperialismo moderno. A ação dos Estados dos países capitalistas desenvolvidos em favor da expansão do seu grande capital teve papel importante no desenrolar de conflitos políticos de países subordinados no século 20.

Segundo Schilling, o Imperialismo norte-americano também baseia-se na expansão dos seus interesses para além de sua divisão geográfica, tendo nos

escritos do Almirante Alfred T. Mahan – *The influence of Sea Power upon History*(1890) – e de Hebert Croly – *The Promise of American Life* (1909) – o suporte ideológico deste imperialismo. Croly justificava essa expansão voltando-se para a ideia do Destino Manifesto, onde “os Estados Unidos, segundo ele, estavam vocacionados à tarefa de cumprir uma ‘missão civilizadora’ junto aos povos da América Latina, da mesma maneira que as potências coloniais européias o faziam com os africanos, polinésios e asiáticos” (SCHILLING,2002, p.28). Ainda como justificativa desse imperialismo estava “a competição entre as nações européias pela posse de colônias”, já que então os Estados Unidos deixaram de ser uma simples ex-colônia britânica e agora tornaram-se uma Grande Potência Econômica, após um aumento significativo da riqueza norte-americana nos anos que antecederam a Primeira Grande Guerra.

Material e Métodos

As análises historiográficas devem sempre levar em consideração o contexto em que a obra analisada foi escrita, como o autor se encontra vinculado ao tema que aborda e também de que maneira seus interesses e valores influenciam as suas interpretações. Desse modo, é possível afirmar que cada obra expressa a perspectiva do seu autor. Assim sendo, deve ser analisada em seu contexto, livre da crença positivista na neutralidade do historiador.

O conceito de historiografia tem como referência a definição formulada pelo historiador espanhol Julio Aróstegui, qual seja, “*investigação e escrita da História*” (2006, p. 36). Epistemologicamente, a historiografia é expressão da consciência do historiador ou de quem a produz. A sua consciência, por sua vez, é determinada pelo seu ser social (MARX, 1986, p. 25), expressando a sua perspectiva (interesses, modo de vida, valores), enquanto sujeito historicamente situado. Sinteticamente, esta é a perspectiva teórica que referenciará a análise das obras aqui indicadas.

Neste trabalho, serão analisadas as interpretações de Américo Nunes em sua obra *As Revoluções do México*, Luis Fernando Ayerbe em *A Revolução Cubana*, Matilde Zimmerman em *A Revolução Nicaraguense*, Bayardo Arce em *A Revolução Nicaraguense Frente às Ameaças do Imperialismo* sobre o papel do imperialismo norte-americano na determinação das revoluções mexicana, cubana e nicaraguense.

Resultados e Discussão

A Revolução Mexicana foi a primeira grande revolução do século XIX e serviu como referencial para todas as outras que surgiram no decorrer do século. Ela foi pautada, principalmente, nas questões agrárias, conforme interpreta Nunes:

Herança colonial, o problema agrário está na base dos conflitos sociais e políticos da História do México, desde a independência até a revolução. Todas as tentativas de mudança estrutural – Independência, Reforma, Porfiriato, Revolução – decorrem da necessidade essencial de resolver esta questão-chave. (1999, p.12).

E os camponeses lutavam não somente contra as oligarquias mexicanas que detinham o controle do território, mas, principalmente, contra os interesses norte-americanos, que viam nas insurreições mexicanas uma ameaça a seus investimentos e interesses econômicos e políticos na região.

Segundo Schilling (2002), quando houve a Guerra da Coréia (1950-1953) "algumas repúblicas latino-americanas puderam momentaneamente adotar políticas reformistas que favoreciam aos trabalhadores, assim como promover medidas de emancipação econômica". Porém mesmo com os esforços norte-americanos voltados para essa guerra, os Estados Unidos ainda viam na região do Caribe o seu "quintal", que deveria ser controlado. Sendo assim, o Estado norte-americano realizou várias intervenções em países como Guatemala, Brasil e Argentina, onde depuseram os governos Arbenz, Vargas e Perón, respectivamente, tidos como não-colaboradores com a política norte-americana. Essas deposições ocorridas entre 1954-55 "parecia assegurar aos Estados Unidos decênios de tranquilidade e concórdia. No entanto, a sua hegemonia sobre o restante da América estava apenas em vésperas do maior desafio enfrentado na história de suas relações" (SCHILLING, 2002, p.79) com países latino-americanos e todos os demais que começaram a questionar seu poder.

Em 1959 um grupo de guerrilheiros comandados por Fidel Castro tomou o poder em Cuba, derrubando o governo pró-norte-americano de Fulgêncio Batista. Obtida a vitória contra o regime ditatorial de Batista, "Fidel Castro foi taxado imediatamente de pró-comunista" (SCHILLING, 2002, p.80) entretanto "pela primeira vez, não puderam os norte-americanos reverter a seu favor um regime considerado 'inconveniente' aos seus desígnios políticos" (SCHILLING, 2002, p.82).

Schilling compara os efeitos da Revolução Cubana com os causados pelas Revoluções Francesa (1789) e Russa (1917), cada uma à sua época. Ainda reforça que as Ditaduras Militares que ocorreram após 1959 nos países latino-americanos foram tentativas de resposta ao que Cuba se tornou, ou seja, um exemplo de que é possível se levantar contra os Estados Unidos, mesmo sendo um país que compõe o seu “quintal”.

Ainda assim o exemplo cubano foi utilizado largamente nos países latino-americanos, como na Nicarágua, que viu nos vizinhos uma possibilidade de derrubar a Ditadura Somozista. A Revolução Nicaraguense também fez guerrilha e instituiu uma Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) para lutar contra o regime ditatorial comandado pelos Somozas que foi amplamente apoiado pelos Estados Unidos. O Estado norte-americano foi responsável pelo desgaste e dificuldades que a FSLN teve ao subir ao poder em 1979, já que patrocinou os contra-revolucionários nicaraguenses que realizaram constantes ataques ao território da Nicarágua na fronteira com Honduras.

Não se pode falar sobre as Revoluções latino-americanas sem citar as intervenções realizadas pelos Estados Unidos, tendo em vista que os revolucionários tiveram de se defender do imperialismo norte-americano a seu modo, sendo Cuba o exemplo de sucesso nessa defesa. A política externa dos Estados Unidos previa um controle total sobre o continente americano, podendo estes intervirem de várias maneiras conforme iam achando necessário.

Schilling (2002) apresenta uma tipologia das intervenções norte-americanas nos países da América Latina, dividindo-as em: *Intervenção direta informal*: onde utilizam as forças militares para manter um governo colaboracionista ou evitar que um partido não-favorável aos seus interesses assuma o poder; *Intervenção direta formal*: continua utilizando forças militares, porém, com o auxílio de outros países para assim obter legitimidade em suas ações; *Intervenção armada indireta*: quando há financiamento e apoio militar para um grupo que irá derrubar um governo não-colaboracionista. O autor classifica a invasão de Cuba em 1962 e o apoio aos contra-revolucionários na Nicarágua como uma Intervenção armada indireta; *Intervenção indireta*: é o que o autor chama de “política de desestabilização”, que consiste em prejudicar um governo não-colaboracionista de maneira a dificultar o acesso a recursos financeiros, gerando, assim, uma crise interna. A esse tipo de intervenção cabe também o apoio a golpes de estado.

Na obra de Nunes podemos perceber a tentativa do autor em inserir não somente o imperialismo norte-americano, mas também o britânico, nos interesses econômicos e políticos do México, deixando claro os investimentos ingleses e norte-americanos, principalmente, nas minas e na exploração do petróleo. O autor aborda as questões revolucionárias desde a época em que o México ainda era uma colônia espanhola, e também deixa evidente a maneira como se deu os interesses pela exploração de petróleo que:

só ganha um significado realmente importante na vida econômica do México quando a produção do automóvel exige a exploração industrial do petróleo em grande escala. A indústria do petróleo está indissoluvelmente ligada à do automóvel. Por volta de 1900, nos Estados Unidos, Henry Ford começa não só a fabricar automóveis em série, mas assegura também, ainda que de maneira indireta, a promoção da indústria do petróleo, que é em grande parte uma criação da indústria automobilística (NUNES, 1999, p.45-46).

Ao se voltar os olhos para a produção de petróleo viu-se então uma grande oportunidade econômica, e os interesses de potências imperialistas tornaram-se maiores sobre a região, já que “trustes ingleses e norte-americanos disputam entre si o petróleo mexicano” (NUNES, 1999, p.47). A política existente no México sob os poderes de Porfírio Díaz (1876-1880 e 1884-1911) baseia-se principalmente no capital inglês, o que é desfavorável para o imperialismo norte-americano que acaba apoiando inicialmente o governo de Francisco Madero (1911-1913), que ao não ser capaz de manter intactos os investimentos norte-americanos nas indústrias petrolíferas principalmente, acaba sendo deposto com o apoio dos Estados Unidos, que pretende um governo que seja, utilizando o termo de Schilling, “colaboracionista” com suas políticas e investimentos.

Américo Nunes expressa claramente a maneira como o imperialismo norte-americano reage, quando percebe que seus interesses não seriam garantidos pelo governo mexicano nascido da revolução. Eles apoiam golpes, lutas e o que mais for preciso, para que no poder se mantenha um governante capaz de atender a seus interesses de maneira satisfatória, não se importando com a população da região, que deveria ser o objetivo principal de qualquer governante.

O México é uma região também chamada de “quintal dos Estados Unidos”. Sendo assim, a política externa deste é voltada para o controle dessa área, evitando, inclusive, que os investimentos de outras potências como a Inglaterra e a

França sejam altos demais, a ponto de prejudicar os investimentos norte-americanos.

Luis Fernando Ayerbe, na obra *A Revolução Cubana*, fala sobre todo o processo em que se deu a derrubada do governo de Fulgêncio Batista por um grupo de guerrilheiros que se encontravam em *Sierra Maestra*. Cuba tornou-se, aos olhos dos Estados Unidos, o que Noam Chomsky chama de “a ameaça do bom exemplo”, onde um pequeno grupo conseguiu destituir um governo “colaboracionista” e instalar um governo que perdura até os dias atuais, sobrevivendo a todas as intervenções diretas e indiretas do imperialismo norte-americano que buscava derrubá-lo, como já havia feito anteriormente em outras regiões.

Assim como México e Nicarágua, Cuba também estava inserida no que se chama “quintal” dos Estados Unidos e precisava ser controlada, para que não desse exemplos a outras nações que possuísem os mesmos ideais, que foi o que ocorreu nos anos que se seguiram a 1959, já que:

Cuba demonstrava de forma inequívoca que um pequeno grupo de guerrilheiros de firmes convicções poderia derrotar as forças repressivas de um governo antipopular, que a conquista do poder estatal desencadearia um dinâmico processo de transição socialista, com a rápida ‘expropriação dos expropriadores’, e que, mesmo com a oposição e o boicote sistemático do governo da nação mais poderosa da Terra, a revolução se consolidaria com base em seu fortalecimento interno e na solidariedade das forças progressistas do mundo e dos países socialistas. (AYERBE, 2004, p.17).

Ayerbe expõe toda a luta travada por Fidel Castro, *Che Guevara* e seus companheiros, contra o governo de Fulgêncio Batista e mais ainda, após 1959, contra o imperialismo norte-americano que tentou de todas as formas enfraquecer o governo de Fidel Castro em Cuba, através, por exemplo, de embargos econômicos e assim como na Nicarágua, da utilização midiática para diminuir a influência do “exemplo” que essa revolução emanava.

Inspirados na vitória cubana, os nicaraguenses iniciaram um processo revolucionário que só veio a obter sucesso definitivo em 1979, vinte anos depois dos guerrilheiros de *Sierra Maestra*. Também lutando contra uma ditadura e contra a influência do imperialismo norte-americano, os nicaraguenses combateram por anos, tendo baixas e sofrendo repressão. Depois de Cuba, somente a revolução nicaraguense conseguiu ascender ao poder, entretanto:

uma das lições da revolução nicaraguense – que não é nada nova – é que os desafios mais difíceis vêm não antes, mas *após* a queda da antiga ordem, no decorrer do processo de se tentar construir uma nova sociedade e defender a revolução contra um ataque inevitável das velhas classes dominantes e dos Estados Unidos. (ZIMMERMANN, 2006, p.20)

Ao contrário de Cuba, a Nicarágua não conseguiu manter o regime nascido da revolução, sendo o governo sandinista derrubado em 1990, com eleições onde a oposição teve apoio dos Estados Unidos, que anteriormente já havia tentado derrubar o governo revolucionário negando ajuda financeira necessária para restabelecer a ordem após a Revolução e ainda financiando os “contras”, que lutavam contra o governo a favor dos interesses norte-americanos. A derrota das insurreições impactam negativamente nas perspectivas revolucionárias dos países que sofriam o jugo do imperialismo norte-americano.

Bayardo Arce vive um momento crucial da história nicaraguense. Influenciados pelos guerrilheiros em Cuba, ele e seus companheiros conseguiram, após muitas lutas, derrubar a Ditadura Somozista e encontravam-se vivendo um período de terror e medo imposto pelo imperialismo norte-americano, a partir do governo republicano de Ronald Reagan (1981-1984). Para responder a pergunta: “O que existe por trás de toda esta patologia com relação à Nicarágua?”, ele passou a “estudar a história norte-americana, a estrutura do poder nos Estados Unidos, a analisar as raízes estruturais do novo projeto da ‘revolução Reagan’, sua *Americais Back* (A América está de volta)” (ARCE, 1986, p.25)

Seu livro busca compreender o que justifica as ações do imperialismo norte-americano? De que maneira eles tentam derrubar a Revolução Sandinista? E, como o presidente Reagan renova velhos ideais imperialistas?

Para Arce, a “Doutrina Truman” responde a todas essas questões, visto que:

A “Doutrina Truman”, recolhida hoje por Reagan, foi exatamente a que declarou o início da “guerra fria” no mundo, que tanta dor, que tantos efeitos nefastos deixou à humanidade... Para justificar esta política de “guerra fria” e de intervenções militares, recorreu-se então, tal como recorre hoje Reagan, a levantar uma vez mais o fantasma maléfico do comunismo...O medo doentio ao comunismo foi levantado, uma vez mais, como pretexto, para desencadear a “guerra fria” e com isso abrir para o Terceiro Mundo um novo capítulo de intervenções militares. (1986, p.71-72)

O combate ao comunismo era utilizado como justificativa para as ações militares dos Estados Unidos em vários países onde se anunciavam esses ideais. Entretanto, para Bayardo Arce, eles não queriam apenas manter sua hegemonia perante o mundo, mas as raízes que levaram a aderir novamente essa “Doutrina Truman” era bem mais profunda e justificada pela própria política externa norte-americana e não pelo que ocorria em outros países, mas:

que não foi a revolução sandinista que diminuiu a credibilidade e debilitou a legitimidade dos Estados Unidos a nível internacional, mas que a má condução da política externa norte-americana para a Nicarágua e a região foi a causa desta perda de prestígio norte-americano no mundo (ARCE, 1986, p.62).

Arce vai além. Ele acredita que a necessidade das intervenções militares norte-americanas nos países da América Central são explicadas não somente pelo “medo do comunismo”, mas, principalmente, pela “Síndrome do Vietnã”, que causou uma profunda crise entre os norte-americanos gerando “uma profunda polarização interna dentro dos Estados Unidos e uma falta de consenso nacional, provocando um debate permanente sobre o rumo do país para o futuro” (1986, p.26).

Por estar participando efetivamente da Revolução Sandinista na Nicarágua, Bayardo Arce ainda acredita que o imperialismo norte-americano não conseguirá, apesar das incontáveis tentativas, desestabilizar a opinião nicaraguense sobre a revolução, visto que para ele:

Enquanto sobreviva nosso povo poderá o imperialismo desencadear toda a sua fúria agressiva, poderá seu poder de fogo obscurecer o sol sobre nossas terras, nossos campos, nossos rios, montanha e cidades, porém enquanto haja povo na Nicarágua haverá revolução. (ARCE, 1986, p.92)

Entretanto, na obra escrita por Matilde Zimmermann, mais de uma década após a queda da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) do poder, já existe uma visão ampliada e mais conclusiva sobre o poder do imperialismo no decorrer da Revolução Sandinista.

Zimmermann analisa em sua obra a história da Nicarágua desde a década de 1930 até 1990, quando a FSLN perde o governo do país nas urnas, para Violeta Chamorro, candidata apoiada pelos Estados Unidos.

A autora avalia as ações conjuntas da Ditadura Somozista, dos Sandinistas e do Imperialismo norte-americano. Inicialmente, ela aborda os

acontecimentos que levaram à criação da FSLN e de que maneira eles conseguem ascender ao poder na Nicarágua e conclui sua escrita falando que:

a lição que se tira da revolução nicaraguense é que uma revolução social genuína é impossível em um área em que os Estados Unidos costumam considerar seu 'quintal'... A conclusão pessimista tem óbvias implicações para a perspectiva revolucionária de outros países do Terceiro Mundo, que padecem de crises sociais e econômicas, além da dominação estrangeira. Mas a história da revolução da Nicarágua aponta para outra lição. Na Nicarágua, em 1979, ocorreu efetivamente uma revolução popular genuína que retirou o poder das mãos da burguesia e inspirou a mobilização popular ao longo de um período de vários anos, em um movimento que trabalhou coletivamente pela transformação da sociedade em prol dos interesses da maioria. O que parece ser historicamente inevitável não é que uma revolução popular como essa seja derrotada, mas que os desafios mais difíceis viriam após a vitória da insurreição e incluiriam a tentativa de uma contra-revolução pelas velhas classes dominantes, com a ajuda do imperialismo (ZIMMERMANN, 2006, p.151).

Considerações Finais

O Imperialismo norte-americano está presente em todas as Revoluções aqui abordadas, e pode-se notar que as maiores dificuldades realmente acontecem após a insurreição em si, quando os Estados Unidos utilizam de todo o seu poder bélico, econômico e político para enfraquecer os grupos tidos como “não-colaboracionistas” e que buscam antes de tudo a independência real, em que cada país consiga resolver suas questões por si e para si, sem preocupações com potência x ou y.

Cada insurreição provém de uma série de ações e reações não somente dentro de um território, mas principalmente das relações entre países vizinhos e/ou países mais poderosos econômico e politicamente. Não se deve olhar para um movimento revolucionário sem considerar essas diferentes relações, por isso os autores aqui analisados referem-se ao Imperialismo norte-americano como sendo de fundamental importância para o entendimento de todo o processo revolucionário.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à minha avó materna Zífirina Marques de Souza, por ouvir todos os dias minhas opiniões e por entender que o tempo doado à pesquisa era necessário. Agradeço ao

meu orientador José Santana da Silva pelo esforço e dedicação, pelo amor ao que faz e, principalmente, pela paciência e compreensão.

Referências

ARCE, Bayardo. ***A Revolução Nicaraguense frente às ameaças do imperialismo.*** São Paulo: Edições NR, 1986.

ARÓSTEGUI, Julio. ***A pesquisa histórica: teoria e método.*** Tradução de Andréa Dore. Bauru, SP: Edusc, 2006.

AYERBE, Luis Fernando. ***A revolução cubana.*** São Paulo: Editora UNESP, 2004. (Col. Revoluções do século XX).

MARX, Karl. ***Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar.*** Traduções de Edgard Malagodi et al. 2ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. ***Manifesto do partido comunista.*** Tradução de Pietro Nasseti. – São Paulo: Martin Claret, 2003.

NUNES, Américo. ***As Revoluções do México.*** Editora Perspectiva, 2ª ed., São Paulo, 1999.

SCHILLING, Voltaire. ***Estados Unidos e América Latina: da Doutrina Monroe à Alca.*** Leitura XXI, 2002.

ZIMMERMANN, Matilde. ***A Revolução Nicaraguense.*** Tradução de Maria Silvia Mourão Netto. São Paulo: Editora UNESP, 2006.